POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: uma revisão de conceitos centrais

SILVA, Erislaine M. da[1]
DIAS, Jaqueline R.[2]
MENDONÇA, Daelcio F. C.[3]

RESUMO: Este estudo versa sobre uma revisão de conceitos de política, política pública e política pública educacional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, firmada em um estudo bibliográfico. A análise foi realizada em três momentos. Primeiro, analisou-se o conceito de política e seus nuances. Posteriormente, foi realizado uma análise e aprofundamento sobre o conceito de política pública. E por fim, analisou-se o conceito de política pública educacional, no sentido de educação escolar. O texto teve como subsídios contribuições de Maar (1994), Oliveira (2010), Azevedo (2003), entre outros. Conclui-se que é necessário debates mais aprofundados sobre os conceitos de "política", "política pública" e "política pública educacional" para que a população possa intervir nas decisões do Estado, também, tais políticas podem auxiliar no processo de superação das desigualdades sociais e econômicas.

PALAVRAS-CHAVE: Política. Política Pública. Política Pública Educacional.

INTRODUÇÃO

Para o desenvolvimento deste estudo[4] constituem-se como objeto de pesquisa três conceitos que despontam como uma revisão conceitual na literatura dos termos: Política; Política Pública e, Política Pública Educacional, também se fez necessário tratar da distinção entre esses conceitos. Considera-se importante salientar o caminho percorrido na formulação histórica destes conceitos, mediante as diversas mudanças econômicas, sociais, educacionais e etc..

Trata-se, assim, de um texto em formato de Resumo Ampliado tendo como base uma revisão de literatura, na qual pretende-se realizar uma contribuição para as

[1] Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), membro do Grupo de Estudos e Pesquisas: Políticas Públicas Educacionais em Foco (GEPEF), bolsista IC pelo Programa de Iniciação Científica PIC/UESB. E-mail: matoslanne@gmail.com.
[2] Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), membro do Grupo de Estudos e Pesquisas: Políticas Públicas Educacionais em Foco (GEPEF), bolsista IC pelo Programa de Iniciação Científica PIC/UESB. E-mail: jdias2206@gmail.com.
[3] Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas: Políticas Públicas Educacionais em Foco (GEPED). E-mail: daelcio@yahoo.com.
[4] O objeto desta pesquisa emerge nos debates e discussões realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas: Políticas Públicas Educacionais em Foco (GEPEF) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Itapetinga-BA.

discussões teóricas sobre esta temática, por meio de análise da literatura publicada sobre o que já se sabe sobre os temas expostos. Uma revisão de literatura

> [...] resultará do processo de levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema e o problema de pesquisa escolhidos. Permitirá um mapeamento de quem já escreveu e o que já foi escrito sobre o tema e/ou problema da pesquisa (SILVA; MENEZES, 2005, p. 37).

O intuito é contribuir com as pesquisas científicas relacionadas à temática, no sentido de aprofundar os conceitos, além de possibilitar uma compreensão da elaboração, implementação e avaliação das Políticas Públicas Educacionais nacionais.

Assim, refletir sobre os conceitos de Política, Política Pública e Política Pública Educacional é fundamental para compreender melhor o contexto nacional, entendendo as ações do Governo na resolução das demandas da educação escolar, além de abrir espaço de reflexão para quiçá conscientizar sobre a importância da participação popular nas decisões governamentais pensando que este serão os mais afetados. Isto, diante do entendimento de que,

> o Brasil é um país marcado por exclusões sociais ao longo de toda a sua história, em qualquer esfera da sociedade: saúde, educação, moradia, entre outros. No processo educacional, encontramos um dos maiores exemplos dessas exclusões, que remonta desde o Brasil colônia, em que o sistema educacional era quase inexistente, já que não havia demanda da estrutura social e de produção, não havendo assim necessidade de uma abordagem escolar. As funções de reprodução da ideologia dominante e das relações de dominação eram cumpridas pelas escolas jesuítas. Ainda no Império e I República, a Igreja continuou controlando as instituições de ensino, não alterando substancialmente as funções de educação em relação ao período colonial (SILVA; SILVA, 2016, p. 21).

Além de nos levar a refletir sobre o atual momento da educação brasileira, onde queremos chegar e, as ações do Governo, e o que nós, podemos fazer para contribuir para a sua melhoria enquanto cidadãos políticos, ou seja, um diagnóstico da realidade brasileira educacional pensando nos objetivos que se quer alcançar e como alcançá-lo, ou seja, o planejamento baseado na realidade da sociedade.

O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

É importante, ante mão, entender como surge o conceito de Política na história.

> A política surge junto com a própria história, com o dinamismo de uma realidade em constante transformação que continuamente se revela insuficiente e insatisfatória e que não é fruto do acaso, mas resulta da atividade dos próprios homens vivendo em sociedade. Homens que, portanto, têm todas as condições de interferir, desfiar e dominar o enredo da história (MAAR, 1994, p. 8).

Quando se pensa em Política, a primeira imagem do senso comum é campanhas eleitorais, partidos, propagandas, atuação de maus políticos, corrupção, desigualdade social, entre outras imagens. E isso faz com que as pessoas tomem aversão a tudo o que diz respeito à (p)olítica, acreditando ser um tema que não pode ser discutido e, apenas ligado a partidos políticos. Constamos nos dizeres de Maar (1994, p. 7) que:

> A política é uma referência permanente em todas as dimensões do nosso cotidiano na medida em que este se desenvolve como vida em sociedade. Embora o termo 'política' seja muitas vezes utilizado de um modo bastante vago, é possível precisar seu significado a partir das experiências históricas em que aparece envolvido.

Quanto a sua etimologia, segundo Oliveira (2010, s/p):

> Política é uma palavra de origem grega, *politikó*, que exprime à condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a pólis. Já a palavra pública é de origem latina, *publica*, significava povo, do povo.

No nosso dia-a-dia a política está presente em todos os momentos. No nosso país capitalista, onde há uma divisão de classes e interesses, formas de organização de grupos, seja de gênero, etnia, raça, religião, entre outros, um país marcado historicamente por desigualdades sociais é necessário que estes sujeitos participem das ações relacionadas à cidade, pensando nos interesses coletivos. A todo o momento estamos diante de conflitos, choque de interesses e precisamos nos posicionar, tomar uma decisão que favoreça ao nosso grupo pertencente, isso é a possibilidade para julgar determinadas situações, ou seja, fazendo política, pressionando o Estado de maneira que este atenda as suas necessidades. Política passou a designar um campo dedicado ao estudo da esfera de atividades humanas articuladas às coisas do Estado, na academia

começou a se pensar em disciplinas que se pensassem nas políticas públicas, apareceram consultores e especialistas na área, ações para planejamento, implementação e avaliação das políticas, entre outros. Seria assim, um conjunto de atividades, que, de alguma maneira são atribuídas ao Estado moderno, ou que dele emanam.

Etimologicamente falando, política pública menciona o poder de participação do povo nas decisões relacionadas à cidade, ao território, Estado, País que pode acontecer de forma direta ou indireta (por representação). Conforme os dizeres de Azevedo (2003, p. 1), "política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões". O Governo sempre foi e é um agente fundamental na realização das políticas públicas, ciente que ele é responsável direto e implementador das mesmas, pois o Estado com o intuito de mudanças necessárias, de resolver demandas do povo irá transformar seus propósitos em ações, ou seja, em políticas públicas.

Existem três tipos de políticas públicas: as redistribuitivas, as distribuitivas e as regulatórias.

As políticas públicas redistribuitivas estão no campo da ação do poder executivo, consiste em

> "redistribuir renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos. No que se refere ao financiamento, são os estratos sociais de alta renda os responsáveis por essa modalidade de política, sendo os estratos de baixa renda os beneficiários [...]" (AZEVEDO, 2003, p. 1-2).,

vinculada a programas e projetos de lei, tida como direito social para as camadas sociais mais pobres, no intuito de diminuir as desigualdades sociais. No entanto, segundo Oliveira (2010, s/p) "[...] por conta do poder de organização e pressão desses estratos sociais, o financiamento dessas políticas acaba sendo feito pelo orçamento geral do ente estatal (União, Estado Federal ou município)".

Já as políticas públicas distribuitivas, o governo procura atender as demandas corriqueiras, os interesses de todos os grupos da sociedade, ofertando equipamentos e serviços públicos de acordo com suas necessidades e solicitações de cada um. Por serem muito pontuais não são garantidas por lei, embora sejam mais fáceis de implementa-las, podendo ser clientelista ou não, estão no campo de ação do poder executivo, mas muitas

desenvolvidas pelo poder legislativo como uma troca de favores.

> "Quanto ao financiamento, é a sociedade como um todo, através do orçamento público, quem financia sua implementação, enquanto os beneficiários são pequenos grupos ou indivíduos de diferentes estratos sociais [...]" (AZEVEDO, 2003, p. 3).

No entanto, para que aconteça a ação do Governo em resolver as demandas do povo através das políticas públicas redistribuitivas e distribuitivas, há a necessidade da política pública regulatória, ela está no campo da ação do poder legislativo, as leis que irão normatizar, liberar os recursos públicos para essas políticas públicas, dizendo o que fazer e o que não fazer, e por se tratar de lei diferente das distribuitivas que são pontais, as regulatórias requerem de mais tempo embora sejam de longo prazo, beneficiando os indivíduos de determinado grupo de forma diferente. É importante dizer que essa política pública por ser morosa e encontrar diversos entraves, além de seus resultados não serem imediatos, o povo não toma conhecimento ou não acompanham o seu andamento, tanto pela linguagem que pode ser de difícil compreensão para alguns deixando na mão de representantes políticos, quanto a não importância quando estes não se sentem prejudicados.

Vale salutar a implementação das políticas públicas redistributivas, distributivas e regulatória de forma que haja uma integração pensando em bons resultados para sociedade diante de um país de desigualdades sociais e econômicas que trazemos durante toda sua história, pensando no sentido de equilibrar as desigualdades e oportunidades para um Brasil melhor.

Quanto ao conceito de Política Pública Educacional, Oliveira (2010, s/p) diz que:

> [..] é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.

O conceito de educação é muito amplo, vai além do ambiente escolar. Porém, educação escolar é delimitada por um sistema educacional que é produzido pelas políticas públicas. Daí a necessidade de um espaço, isto é, da escola. As políticas

públicas educacionais, ou seja, as ações e intenções do governo incidem no ambiente escolar enquanto espaço em que acontece o processo de ensino-aprendizagem. Dessa maneira, política pública educacional é um processo que só existe quando a educação assume uma forma organizada, sequencial, ditada e definida de acordo com as finalidades e os interesses que se tem em relação aos aprendizes envolvidos nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, foi possível perceber que as pessoas têm uma visão distorcida dos conceitos abordados na pesquisa, levando o conceito para uma visão partidária. Notou-se a importância da participação popular nas decisões e ações governamentais, já que este deve atender as necessidades do povo, também, é necessário que haja um acompanhamento das camadas populares das políticas públicas educacionais implementadas pelo Governo, além da sua avaliação e cobranças. Para que de fato a população possa intervir nas ações que irá afetá-las diretamente, diante de um país historicamente marcado por desigualdades sociais e econômicas.

As políticas públicas abordadas neste texto, são meios implantados com o objetivo de promover possíveis superações dessa desigualdade social, historicamente construída no Brasil. Além disso, as políticas públicas educacionais também são instrumentos que podem contribuir com a qualidade da educação, já que ela está no campo escolar do sistema educacional. Outro ponto é a discussão mais eficaz nas instituições de ensino a respeitos dos conceitos pesquisados, pois muitas pessoas não tem a oportunidade de debater os termos num sentido mais amplo, assim, esses sujeitos apropriados de tais conhecimentos poderão ser mais incisivos nas decisões das políticas públicas relacionadas aos interesses do seu coletivo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, O. A. Dos (et al). **Políticas públicas e gestão local:** programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

MAAR, W. L. **O Que é Política.** Coleção Primeiros Passos. Editora: Brasiliense. Belo Horizonte: 1994.

OLIVEIRA, A. F de. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: Oliveira, A. F. de.; PIZZIO, A.; FRANÇA, G. (Org.).

Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologia e políticas. Editora da PUC Goiás, 2010, p. 93-99.

SILVA, E. L. da.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p.

SILVA, Ítalo Batista da.; SILVA, Ed Francklin da. **ASPECTOS HISTÓRICOS DOS PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO DO BRASIL: da década de 30 à de 80**. Holos, ano 22, maion2006. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/84/88>. Acesso em: 26 de abril de 2018.